

Escala de autoeficácia parental: Verificação da estrutura fatorial, invariância e diferenças em pais separados

DOI: 10.5935/1984-9044.20220013

Dayan Moshe Sousa Cotrim¹, Nilton S. Formiga²

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar a qualidade da estrutura fatorial, invariância e diferenças em pais separados do construto da autoeficácia parental. A separação de um casal, geralmente, não tem impacto socioemocional apenas neles, mas, também, aos seus filhos, os quais, se desenvolvem, dependente da forma e intensidade da separação, num ambiente hostil e/ou de consciência emocional; condição essa, que poderá dificultar pais e filhos na sua autenticidade de seus sentimentos e comportamentos. Participaram do estudo, 200 pais, sendo 107 mães e 93 pais, com idade de 21 a 40 anos, todos estavam divorciados e/ou separados, com filhos em idade de 0 a 3 anos. Todos eles eram do Estado da Bahia. Com o estudo aprovado no conselho de ética, os participantes, responderam, além de questões sociodemográficas, a escala de autoeficácia parental. Realizaram-se as estatísticas descritivas e inferenciais, bem como, análise confirmatória. Observou-se que tanto na análise discriminativa, quanto de representatividade de conteúdo, todos os itens foram significativos, confirmando a relação conteúdo-domínio teórico da escala. Na análise fatorial confirmatória, tanto os indicadores psicométricos estiveram no parâmetro estatístico que indica a qualidade da estrutura fatorial da escala, quanto os seus índices de fidedignidade, revelaram a consistência da organização fatorial com sete fatores, os quais, interrelacionados. Além disso, observou-se que a dimensão Ensino e Responsividade Empática, foram as dimensões que tiveram maiores escores. Os resultados revelaram, também, que a mãe apresentou escores mais altos comparado ao pai. De forma geral, destaca-se que a escala de autoeficácia é consistente numa amostra de pais separados, podendo administrar, neste grupo, quando se pretender orientá-los a uma melhor organização emocional que não cause prejuízo aos seus filhos.

¹Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES, Buenos Aires, AR

²Universidade potiguar/Laureate International Universities – Natal, RN, Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Autoeficácia Parental. Pais e mães separados. Escala de Autoeficácia Parental.

Parental self-efficacy scale: Verification of the factorial structure, invariance and differences in separate parents.

Abstract: This article aims to verify the quality of the factorial structure, invariance and differences in divorced parents from the construct of parental self-efficacy. The separation of a couple, generally, doesn't only have a socio-emotional impact on them, but also on their children, who develop, depending on the form and intensity of the separation, in a hostile environment and of emotional conscience; this condition, which may hinder parents and children in their authenticity of their feelings and behaviors. 200 parents participated of the study, with there was 107 mothers and 93 fathers, aged 21 to 40 years, all were divorced and / or separated, with children aged 0 to 3 years. All of them were from the State of Bahia. With the study approved by the ethics board, the participants answered, in addition to sociodemographic questions, the parental self-efficacy scale. It was performed descriptive and inferential statistics, as well as confirmatory analysis. It was observed that both in the discriminative analysis, as in content representation, all items were significant, confirming the relationship between content and theoretical domain of the scale. In the confirmatory factor analysis, both the psychometric indicators were in the statistical parameter that indicates the quality of the scale's factorial structure and its reliability indices, revealed the consistency of the factorial organization with seven factors, which are interrelated. In addition, it was observed that the dimension Teaching and Empathic Responsiveness were the dimensions that had the highest scores. The results also revealed that the mother had higher scores in comparison to the father. In general, it is noteworthy that the self-efficacy scale is consistent with a sample of separated parents, who can manage, in this group, when it is intended to guide them to a better emotional organization that doesn't cause harm to their children.

KEY WORDS: Parental self-efficacy. Separate fathers and mothers. Parental Self-Efficacy Scale.

Introdução

Por diversos motivos ocorre a separação de um casal, mas o maior deles ainda é a indiferença com que um trata o outro. Cônjuges sofrem a esta experiência, podendo levar a um transtorno emocional (especialmente, a um estado depressivo), o qual, é capaz de experienciar por um bom tempo em sua vida. Mas, um fato que merece ter muita atenção, é que geralmente, tal situação não restringe apenas ao casal unicamente, mas, na maioria das vezes, os filhos fazem parte da vida do casal e eles podem crescer num ambiente hostil ou até não saber lidar de forma didática a validar as emoções vividas nesta realidade (cf. Schabbel, 2005; Marcondes, Trierweiler, & Cruz, 2006).

Por esse motivo, acredita-se que a separação seria uma nova

oportunidade para os pais e, também, para os filhos, administrarem de forma consciente a sua autenticidade com os seus sentimentos e comportamentos. No que refere as causas psicossociais, verificam-se conflitos que tem levado ao fim do laço conjugal, destacando-se a influência da família de origem e do meio social sobre as pessoas que vivenciam o processo de separação (Teyber, & Hoffman, 1987; Maldonado, 1987; Jablonski, B. 1991; Kaslow, & Schwartz, 1995; Almeida, Peres, Garcia, & Pellizzar, 2000; Zordan, 2010).

De acordo com Féres-Carneiro (2003), há casos onde a separação significa uma melhor qualidade de vida, condição que não exclui de ser um processo muito doloroso e que inclui a vivência de muito sofrimento. Após a separação,

quando esta ocorre num contexto menos litigioso possível, a parentalidade passa a ser a função mais importante desempenhada pelo pai ou pela mãe, sendo um desafio que, na situação que se encontram, exigirá muito do casal separado, devido às responsabilidades que envolvem o intelecto e as demandas físicas e emocionais.

Desta maneira, a partir desse novo estilo de vida que passaram a experienciar, pai e mãe deverão colocar em prática uma atitude com o foco na formação educacional e social dos filhos, associado a um bom desempenho de papéis na interação social com eles, mas tudo isso irá depender da frequência e intensidade que cada um deles percebem a organização e funcionalidade da sua autoeficácia (Nunes, 2008; Meunier, & Roskam, 2009; Barros, & Batista-dos-Santos, 2010; Meneses, & Abad, 2010).

De forma geral, a autoeficácia é concebida em termos da compreensão que o indivíduo tem a respeito da sua capacidade de organizar e desempenhar condutas necessárias para alcançar suas metas e objetivos. Segundo Bandura (1997), este construto afeta diretamente o comportamento das pessoas, já que aquelas com maior autoeficácia têm maior probabilidade de persistir mediante tarefas difíceis.

Comisso, de acordo com Batista, Alves e Santos (2008; Kim, & Ciccetti, 2003; Oliveira, 2016) a autoeficácia aplicada a parentalidade percebida tem revelado uma relação com as habilidades que o sujeito adquiriu ao longo da vida, contribuindo para avaliar o quanto as pessoas são capazes de estruturar e organizar suas atitudes frente a tomada de decisão relativo a si ou ao social.

Na perspectiva de Pajares (2002), as pessoas não apenas vivenciam o resultado dos seus esforços, mas também observam outros em situações similares e, de tempos em tempos, recebem avaliações sociais sobre a adequação da sua performance. Com isso, ao considerar que essas influências se afetam entre si, o poder de um dado modo de influência de eficácia poderá ser alterado, dependendo da força das outras fontes.

Sendo assim, para o autor supracitado, a percepção de autoeficácia é possível ser avaliada a partir de quatro fontes, as quais, seriam interdependentes, a saber: 1 – a fonte da experiência pessoal, que é obtida por meio da interpretação de experiências prévias; 2- outra fonte de autoeficácia é a aprendizagem vicária. Esse é o fator que gera a percepção de eficácia por meio da observação de outras pessoas realizando certas

ações; 3 – a terceira fonte foi nomeada como persuasão verbal e diz respeito às persuasões sociais recebidas, que servem como meio adicional de fortalecer as crenças das pessoas de que elas possuem as capacidades para atingir o que buscam; por fim, 4 – a quarta fonte ele desenvolveu os indicadores fisiológicos, esta atua quando as pessoas avaliam sua confiança para realizar certas ações pelo seu estado emocional ao executar certos cursos de ação (Pajares, 2002; cf. Lent & Brown, 2006; Nunes, 2008).

Assim, generalizações sobre o poder relativo dos diferentes modos de influência de eficácia devem ser qualificadas pelo balanço das forças que interagem (Bandura, Azzi & Polydoro, 2008).

A partir dos conceitos de Bandura, desenvolveram-se inúmeras escalas sobre autoeficácia, cada uma delas para uma determinada população que se desejava

verificar este construto (cf. Gouvêa, 2003; Nunes, 2008; Machado, Paes, Berbtz, & Stefanello, 2014; Selau, 2018). Considerando tal construto e sua respectiva definição, em consulta nos sites da produção científica brasileira, observou-se a existência de escalas de avaliação da autoeficácia para outros contextos e fenômenos (por exemplo: estudo relacionado ao manejo da dor crônica (Salveti, 2004) ou ainda, na autoeficácia relacionada às habilidades para a transição para o mercado de trabalho (Vieira, Soares, & Polydoro, 2006), aos professores (Murgo, & Soares 2019), aos atletas (Kyrillos, 2006; Frischknecht, 2018), atividade físicas comuns (Selau, Espinosa, Araujo, & Veit, 2018), em bailarinos (Silva, Luz, Afonso, Araújo, Bittencourt, Carvalho, & Enumo, 2015), mães e gestantes hospitalizadas (Tristão, Neiva, Barnes, & Adamson-Macedo, 2015), entre outros), mas não

especificamente, para pais separados.

Desta maneira, o interesse neste estudo, se deve ao fato de que, com o aumento do percentual de casais separados, chegando a 26,2% de separações nas últimas três décadas (cf. IBEDFAM, 2018), bem como, devido à facilidade no processo jurídico e, inclusive, o baixo impacto social que, atualmente, a tomada de decisão para um ou outro cônjuge tem influenciado.

Com Isso, considera-se que às crenças na autoeficácia, isto é, a respeito da capacidade para realizar tarefas parentais, tem sua importância na avaliação psicológica, justamente, porque nesse fato, existe um sofrimento psíquico que envolve os cônjuges e sua dificuldade em gerir a formação educativa dos filhos após a separação, para o desenvolvimento físico, psíquico, social e existencial de cada um

deles para um melhor relacionamento entre pais e filhos.

Dessa forma, ao considerar a constante demanda a respeito de casais separados frente a parentalidade, é fundamental que se avance no sentido de disponibilizar outros instrumentos com parâmetros psicométricos adequados,

buscando contemplar as diferentes abordagens utilizadas por psicólogos e educadores e as demandas dos pais que procuram tais profissionais. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo verificar a estrutura fatorial e a invariância da Escala de Autoeficácia Parental (EAP) em pais separados.

Método

Amostra

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e correlacional, de abordagem quantitativa envolvendo pais separados no Estado da Bahia. Para isso, utilizou-se à abordagem não probabilística, associada ao método bola de neve, fazendo-se necessário avaliar o 'n' amostral

mais adequado para a realização do estudo.

Para análise da amostra, utilizou-se o pacote estatístico G Power 3.2; software destinado ao cálculo do poder estatístico (isto é, o teste de hipótese) amostral, que avalia tanto o 'n' necessário para a

pesquisa e qual o tipo de cálculo a ser realizado (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007) no estudo, a fim de garantir uma amostra adequada. Para a coleta de dados deste estudo, considerando uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,30$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$) para amostra total e a especificidade amostral.

Uma amostra constituída por 200 pais, todos estavam divorciados/separados, com filhos com idade de 0 a 3 anos, dos quais, 107 eram mães e 93 pais, com idade de 21 a 40 anos, originado do Estado da Bahia, revelou o seguinte critério estatístico: amostra total ($t \geq 1,98$; $\pi \geq 0,98$; $p < 0,05$), amostra 1 (amostra de mães) [$t \geq 1,98$; $\pi \geq 0,95$; $p < 0,05$] e amostra 2 (amostra de pais) [$t \geq 1,93$; $\pi \geq 0,94$; $p < 0,05$]. Estes indicadores estatísticos, não apenas garantiram que a amostra era suficiente, mas também que, com ela seria possível avaliar as

hipóteses, considerando os cálculos descritivos, inferenciais e preditivos.

No que se refere ao critério de exclusão, consideraram-se pais separados há mais de três anos, pais fora do critério de idade (menores de 21 anos e com mais de 40 anos), pais sem filhos e pais residentes fora do domicílio mencionado (estado da Bahia). Sendo assim, para que o sujeito permanecesse na amostra, considerou-se aquele que, quando consultado, in loco, aceitavam responder o instrumento completo.

Instrumentos

Os sujeitos responderam aos seguintes questionários:

Escala de autoeficácia: A autoeficácia parental seria avaliada utilizando o instrumento The Self-efficacy for ParentingTasks Index – ToddlerScale, desenvolvido por

Coleman e Karraker (2003), utilizado especificamente, para sua avaliação em mães com filhos bebês.

Esta escala avalia a autoeficácia de forma coerente com a teoria de Bandura, ou seja, utiliza itens que são percepções das mães em relação ao seu desempenho parental, em situações específicas. Os 53 itens que constituem esta escala dividem-se por sete categorias: 1) disponibilidade emocional, “Quando o meu filho(a) precisa de mim, sou capaz de colocar de parte qualquer outra coisa para estar com ele”; 2) responsividade empática, “Sou capaz de perceber quando o meu filho(a) começa a ficar angustiado”; 3) proteção, “Oferecer um ambiente seguro e livre de perigos ao meu filho(a) é difícil para mim”; 4) disciplina e estabelecimentos de limites, “Tenho dificuldade em fazer com que o meu filho(a) me ouça”; 5) brincar, “Consigo sempre pensar

em alguma coisa para brincar com o meu filho(a); 6) ensinar, “O meu filho(a) aprende mais através de mim do que qualquer outra pessoa da vida dele(a)”; 7) cuidados práticos, “Sou capaz de oferecer ao meu filho(a) uma boa organização diária”.

Cada item divide-se por uma escala de Likert de seis pontos, em que as possibilidades de resposta oscilam entre “concordo totalmente” e “discordo totalmente”.

Esta escala foi traduzida por Correia (2008), para o contexto português, para o qual, manteve a sua característica original de medida do construto. A autora supracitada, pretendeu avaliar as percepções dos pais em relação ao seu desempenho parental, em situações específicas, revelando indicadores de consistência interna aceitável, os quais, estiveram acima de 0,70.

Além desse instrumento, um pequeno questionário foi também inserido para verificar alguns dados sociodemográficos como idade, sexo, renda econômica, ano de separação, quantidade de filhos, idade de filhos etc.

Procedimentos e administração do instrumento

Colaboradores com experiência prévia na administração do instrumento foram responsabilizados pela coleta dos dados, e apresentaram-se in loco para coletada de dados. É preciso destacar que antes da aplicação do questionário pretendido, o projeto que deu origem ao artigo seguiu todo o procedimento adotado, prevista na Resolução 466/2012 do CNS e na Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia brasileiro para as pesquisas com seres humanos (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2012;

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia [ANPEPP], 2000).

Após a submissão e aprovação do projeto, realizada pelo conselho de ética da Plataforma Brasil submetido ao CONEP sob o protocolo de pesquisa CAAE nº 15089719.0.0000.5175, o instrumento da pesquisa foi aplicado aos pais e mães de forma individual, através de um formulário impresso apresentado aos mesmos.

A eles foi realizado um convite para participar da pesquisa e destinado um espaço físico com a presença do pesquisador responsável, o qual, coordenador do estudo. De acordo com a disponibilidade do tempo e interesse do participante da pesquisa, ele, de forma voluntária, anônima e privada, passava a responder ao questionário. Foi solicitada uma autorização prévia dirigida aos mesmos, expressa no

TCLE, no qual lhes apresentava os objetivos da referida pesquisa.

Aqueles que se mostraram interessados em participar, pedia-lhes o seu consentimento para inserir-se no estudo e fazer parte da amostra da pesquisa. Foram esclarecidas informações no que se refere as suas respostas, as quais, são pessoais e sem interferência do administrador da pesquisa. Ao responder o instrumento, não haveria respostas certas ou erradas e estas, seriam tratadas de acordo com o que o sujeito pensou ao ler as questões apresentadas e indicou a sua resposta no instrumento apresentado.

Também, foi assegurado o anonimato das respostas, bem como, que as questões respondidas seriam tratadas em seu conjunto de resposta e não na particularidade da resposta de cada sujeito. Apesar de se encontrar as instruções

necessárias para que o questionário possa ser respondido, o pesquisador (com experiência prévia na pesquisa) esteve presente durante toda a aplicação do instrumento, caso o respondente necessitasse de esclarecimento sobre as dúvidas que surgissem; um tempo médio de 50 minutos era suficiente para que a atividade pudesse ser concluída.

Análise de dados

No que se refere a análise dos dados, utilizou-se o pacote estatístico SPSSWIN, em sua versão 24.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão, mediana), correlação de Pearson, teste de t de Student e alfa de Cronbach, e ANOVA One-way. Cálculos estes, respectivamente, para descrição da amostra e das respostas dos sujeitos nas escalas apresentadas a eles.

Os demais cálculos destinavam-se para avaliação de causa e efeito tanto entre itens e constructo, quanto entre os próprios construtos, bem como, para diferenciar os níveis mais alto e mais baixo apresentado pelos sujeitos em cada item do instrumento e por fim, o alfa, destinou-se à avaliação da consistência dos instrumentos, devido à especificidade do contexto amostral da pesquisa.

Para verificar a proposta do modelo teórico, o qual, já previamente hipotetizado tanto em seu conceito e fatorialização quanto em sua qualidade psicométrica, realizou-se no programa AMOS Graphics 22.0 a verificação dos indicadores estatísticos através do cálculo de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), para o qual, considerou-se tanto a adequação de ajuste subjetivo dos índices de modificação quanto das

orientações empíricas indicadas pelos autores supracitados.

O fato em ter que trabalhar com esse programa estatístico, se deve ao motivo que ele tem a função de apresentar, de forma mais robusta, indicadores psicométricos que vise uma melhor construção da adaptação e acurácia da escala desenvolvida, bem como, permita desenhar um modelo teórico pretendido no estudo. Sendo um tipo de análise estatística mais criteriosa e rigorosa, testou-se o modelo teórico que se pretendia, considerando alguns índices que permitem avaliar a qualidade de ajuste do modelo proposto (Hair, Tatham, Anderson, & Black, 2005; Van De Vijver, & Leung, 1997):

O χ^2 (qui-quadrado) testa a probabilidade do modelo teórico se ajustar aos dados: quanto maior o valor do χ^2 pior o ajustamento. Entretanto, ele tem sido pouco empregado na literatura, sendo

mais comum considerar sua razão em relação aos graus de liberdade ($\chi^2/g.l.$). Neste caso, valores até 3 indicam um ajustamento adequado; O Goodness-of-Fit Index (GFI) e o Adjusted Goodness-of-Fit Index (AGFI) são análogos ao R^2 na regressão múltipla e, portanto, indicam a proporção de variância – covariância nos dados explicados pelo modelo. Os valores desses indicadores variam de 0 a 1, sendo que os valores na casa dos 0,80 e 0,90, ou superiores, indicam um ajustamento satisfatório; A Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA), com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), é considerado um indicador de “bondade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o RMSEA se situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores até 0,10; O Comparative Fit Index (CFI) – compara de forma geral o modelo estimado ao

modelo nulo, considerando valores mais próximos de um como indicadores de ajustamento satisfatório; Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA), com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), é considerado um indicador de adequação de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o RMSEA se situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores de até 0,10.

Também, foi realizado tanto o cálculo de confiabilidade composta (CC) quanto da variância média extraída (VME); no primeiro indicador exige-se que o nível do escore seja acima de 0,70, enquanto no segundo indicador é preciso um nível acima de 0,50 (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005).

Resultados

Com a coleta de dados finalizada, durante o período de novembro e

dezembro de 2019, em que foram utilizadas 08 (oito) períodos, as respostas dos participantes foram inseridas na planilha do programa Excell e, em seguida, transferidas para pacote estatístico SPSS 24.0, no qual, foram realizadas as análises estatísticas.

Numa primeira etapa de conferência dos resultados, buscou-se verificar se não teriam respostas duplicadas e/ou missing (itens sem respostas), condição a qual, identificou que não existiu nenhuma resposta dos instrumentos administrados, com erro no preenchimento por parte dos respondentes.

Realizada essa avaliação inicial, verificou-se a qualidade e adequabilidade do 'n' amostral para a pesquisa. Para isso, avaliou-se a multicolinearidade entre as variáveis, as quais, revelaram correlações no intervalo dos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell

(2001) [$r \leq 0,90$, variando de 0,21 a 0,75]; estes critérios, por sua vez, permite afirmar a não existência de variáveis com alta correlação, não interferindo na elaboração de modelos correlacionais com baixo erro de medida.

Também foi avaliada a presença de outliers multivariados; através do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), utilizada para avaliação com amostras superiores a 100 sujeitos (cf. Miot, 2017). Nesta análise, observou-se que amostra é normal apresentando os seguintes indicadores: $KS = 0,84, p < 0,37$.

Em relação à variância comum do método (VCM) (common methodvariance), pois, neste artigo, tanto as variáveis independentes (VI) quanto as dependentes (VD) mensuram opiniões dos mesmos respondentes, condição a qual, poderá representar um problema

referente à similaridade das repostas entre os respondentes na referida escala.

Com base na proposta empírica de Podsakoff, MacKenzie e Podsakoff (2003), os quais, sugerem que, para a verificação do VCM, o teste de um fator de Harman nos dados coletados, deve atender um critério empírico, de um percentual menor do que 50%. Ao gerar este cálculo, observou-se um único fator com autovalor acima de 1,00, explicando uma variância abaixo do critério exigido pelos autores supracitados (18,98% da covariância nas variáveis), implicando a não existência de um problema de variância comum do método.

Foi também, verificado a tendência de não resposta. Considerando o procedimento indicado por Armstrong e Overton (1977), avaliaram-se a diferença entre os primeiros ($n_1 = 30$) e os

últimos ($n_2 = 30$) participantes da pesquisa. Desta maneira, para a realização desta análise, utilizou-se o teste de Levene e o teste t de Student para avaliar, respectivamente, a igualdade das variâncias e dos meios entre os escores médios.

As condições estatísticas revelaram que as diferenças não foram significativas ($p < 0,36$) entre os escores médios dos constructos, bem como, o t de Student foi $\leq 1,96$ (isto é, $t \leq 0,94$), podendo afirmar com tais resultados, que o viés de não resposta não é um problema significativo para as análises.

Considerando que a escala em questão, já foi validada para o contexto de língua portuguesa, mesmo que esta condição tenha sido com respondentes em Portugal (cf. Correia, 2008), pretendeu-se atender ao objetivo principal desta pesquisa, referente a qualidade

psicométrica de medida em contexto brasileiro.

O interesse em verificar essa etapa para a pesquisa neste estudo, devem-se as seguintes direções: 1 – trata-se de uma pesquisa pioneira, tanto em sua medida quanto ao objetivo pretendido em brasileiros, 2 – nas recentes buscas nos sites da produção científica brasileira na área psicologia social, psicologia do desenvolvimento, psicologia da família, etc. (por exemplo, scielo.br, newpsi.bvs-psi.org.br, psic.bvsalud.org, www.periodicos.capes.gov.br) não foram encontrados estudos quanto ao tema proposto e sua especificidade amostral relativo à avaliação psicológica.

Inicialmente, verificou-se o poder discriminativo dos itens, tendo como objetivo central apresentar maior especificidade na análise na avaliação da organização

distributiva dos itens nas escalas administradas aos respondentes.

Para a realização de tal análise, tomou-se como base de avaliação os pressupostos da Teoria Clássica dos Testes (TCT); tal perspectiva refere a necessidade de avaliar se os itens são capazes de discriminar as respostas das pessoas com magnitudes próximas, considerando os grupos com pontuações dos escores inferiores e superiores em relação ao construto medido (Formiga et al., 2016).

Para atender a condição hipotético-metodológica, previamente destacada com base na proposta teórica-empírica apresentada por Correia (2008), gerou-se uma pontuação total para esta escala e efetuou-se a sua mediana, a qual, organizou estatisticamente, um conjunto de escores considerados como grupo inferior e grupo superior de respostas. Estabeleceu que

aqueles respondentes que apresentaram pontuação abaixo da mediana foram classificados como sendo do grupo inferior e para aqueles com pontuações acima da mediana, definidos como do grupo superior (Formiga et al., 2016).

Considerando-se os itens desta medida, foi realizado um teste t de Student para amostras independentes, a fim de comparar os grupos inferiores e superiores, relacionado a discriminação de cada item para os respondentes com magnitudes próximas estatisticamente significativas, observou-se que todos os itens foram significativos (p -valor $< 0,001$) e com um 't de Student' acima de 1,96, variando de -2,95 a -6,70, tendo os escores médios sempre maiores para grupo superior, isto é, para aqueles que tem o máximo concordante com o item.

Sendo assim, pode-se afirmar que todos os itens desta medida para os respondentes, seja maior ou menor a pontuação do respectivo item na escala, permite apontar que eles compreenderam o conteúdo estabelecido por Correia (2008). Sendo assim, realizou-se em seguida à avaliação da representatividade de conteúdo relativo aos escores correlacionais itens-pontuação total para a escala. Este tipo de análise, trata-se de verificar a relação entre os itens e o constructo (somatório total da medida), o qual, tem como base avaliar a representação conceitual comportamento-domínio (Pasquali, 2011).

De acordo com (Formiga et al., 2016), sistematicamente, através dessa análise estatística, busca-se verificar a relação teórica apresentada nos itens da escala associadas as situações especificadas neles e o quanto representam os aspectos esperados. Com isso, a partir do

cálculo da correlação de Pearson (r), verificou-se a relação dos itens da escala com a pontuação total da mesma, condição a qual, espera-se que sejam significativos e tenham correlações acima de 0,50. Considerando esse cálculo, observou-se que a correlação item-pontuação total, tanto foram positivas e significativas, quanto estiveram acima do esperado ($>0,50$), variando de 0,52 a 0,68.

A partir desses cálculos, é possível afirmar que os sujeitos da pesquisa foram capazes de representar cognitivamente o conteúdo e sentido expresso nos itens relacionados ao constructo abordado neste artigo, pois, os respondentes pontuaram na forma que se esperava, quando relativo à discriminação dos itens ($t \geq 1,96$) e na representatividade de conteúdo ($r \geq 0,50$).

Ao aceitar essa condição, pode-se indicar maior segurança da

medida em questão, especialmente, ao pretender utilizá-la na avaliação do fenômeno apresentado nesta pesquisa por meio dessa escala. Com isso, procurou-se na etapa seguinte, com base na proposta axiomática da estrutura fatorial da EAEP de Correia (2008), verificar a análise e a estrutura fatorial, apontada pela autora.

Para atender a esta condição limite, realizou-se uma análise de equação e modelagem estrutural do constructo, para o qual, compararam-se o modelo com sete fatores, proposto por Correia (2008) (modelo oblíquo, com os fatores relacionados) ao modelo unifatorial (isto é, um modelo quanto pontuação total) e o modelo ortogonal (neste, as dimensões são independentes, isto é, não relacionadas).

Para verificar a estrutura fatorial da EAEP, deixa-se livre as covariâncias (ϕ , φ) entre os

fatores, observando que os indicadores de qualidade de ajuste do modelo pretendido, estiveram próximas às recomendações apresentadas na literatura sobre este tipo de análise estatística (cf. Hair; Anderson, Tatham, & Black, 2005; Perez-Gil, Moscoso, & Rodriguez, 2000; Sass, 2011; Geiser, Burns, & Servera, 2014).

Os resultados obtidos nestas análises, os quais, expostos na tabela 1, revelaram indicadores estatísticos que justificam a qualidade e consistência da estrutura fatorial pretendida; sendo assim, o modelo heptafatorial (isto é, de sete fatores) ajustado da EAEP é o mais adequado para sua avaliação em pais separados.

Tabela 1: *Indicadores psicométricos da estrutura fatorial da EAEP*

Modelos	χ^2/gf	RMR	GFI	AGF	CFI	T	RMSEA	CAIC	ECVI
Fatoriais				I		L (intervalo)			(intervalo)
Unifatorial	3,16	0,16	0,43	0,36	0,60	0,57	0,10	5020	21,81
							(0,10-0,11)	,18	(20,87-22,80)
Heptafatorial	2,96	0,24	0,58	0,55	0,65	0,66	0,10	4362	19,64
Ajustado							(0,09-0,10)	,94	(18,74-20,56)
Ortogonal									

Heptaformial	1,47	0,05	0,91	0,89	0,93	0,92	0,05	3130,	11,51
Ajustado							(0,04-	52	(10,60-
Oblíquo							0,05)		11,74)

Associados aos indicadores psicométricos destacados acima, consideraram-se também, o AIC, BIC e BCC, estes, por sua vez, complementam o CAIC e ECVI, destinados à avaliação de adequação do modelo, teoricamente, estabelecido comparado a um outro ou outros modelos fatoriais (Marôco, Tecedeiro, Martins, & Meireles, 2008).

No caso dos resultados explorados neste artigo, foram comparados o modelo heptaformial ajustado com o unifatorial, a fim de verificar se, a estrutura fatorial proposta por Correia (2008). Sendo assim, observou-se que, no modelo ajustado com sete fatores,

o AIC = 2219,27, BIC = 2918,52 e BCC = 2377,18, enquanto o modelo unifatorial apresentou um AIC = 4341,05, BIC = 4862,18 e BCC = 4458,73.

Desta maneira, é destacável que os melhores indicadores estiveram para o modelo heptaformial, na literatura psicométrica a respeito desses indicadores, quanto menor escore melhor a segurança do modelo fatorial, condição essa, que confirma a proposta da estrutura salientada por Correia (2008).

A partir dos indicadores apresentados na tabela 2, destaca-se que todas as saturações (Lambdas, λ)

estiveram no intervalo, estatisticamente, esperado $|0 - 1|$, bem como, foram diferentes de zero ($t > 1.96$, $p < .05$), sendo assim, significativas. Com isso, revelando a não existência de problemas da estimação proposta na medida em questão, as quais, superior a zero e não ultrapassando um (1) (cf. tabela 2).

Tais resultados corroboram a existência do modelo

heptafatorialhipotetizado para mensurar a autoeficácia parental, organizada

fatorialmente nas seguintes dimensões: Disponibilidade Emocional, Responsividade Empática, Proteção, Disciplina/Estabelecimento de Limites, Brincar, Ensinar e Cuidados Práticos, em pais separados.

Tabela 2: Estrutura Fatorial do EAEP em pais separados

ξ (Constructo)	\div (Variáveis) [itens]	$\ddot{\epsilon}$ (Escores Associativos)	E (erros)
Disponibilidade Emocional (DE)	EAEP 1	0,54	0,39
	EAEP 2	0,68	0,47
	EAEP 3	0,64	0,41
	EAEP 4	0,65	0,43
	EAEP 5	0,66	0,44
	EAEP 6	0,66	0,43
	EAEP 7	0,60	0,39
Responsividade Empática	EAEP 8	0,65	0,43

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA PARENTAL: VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FATORIAL, INVARIÂNCIA E DIFERENÇAS EM PAIS SEPARADOS

(RE)	EAEP 9	0,69	0,46
	EAEP 10	0,62	0,38
	EAEP 11	0,60	0,36
	EAEP 12	0,59	0,33
	EAEP 13	0,56	0,34
	EAEP 14	0,52	0,39
	EAEP 15	0,57	0,31
Proteção (PROT)	EAEP 16	0,57	0,38
	EAEP 17	0,62	0,52
	EAEP 18	0,73	0,40
	EAEP 19	0,62	0,44
	EAEP 20	0,66	0,53
	EAEP 21	0,73	0,48
	EAEP 22	0,69	0,45
	EAEP 23	0,76	0,55
	EAEP 24	0,64	0,41
	EAEP 25	0,71	0,50

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA PARENTAL: VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FATORIAL, INVARIÂNCIA E DIFERENÇAS EM PAIS SEPARADOS

Disciplina/Estabelecimento de Limites (DEL)	EAEP 26	0,79	0,65
	EAEP 27	0,80	0,64
	EAEP 28	0,81	0,66
	EAEP 29	0,70	0,48
Brincar (BRIN)	EAEP 30	0,71	0,50
	EAEP 31	0,75	0,57
	EAEP 32	0,77	0,59
	EAEP 33	0,72	0,51
	EAEP 34	0,68	0,47
	EAEP 35	0,60	0,37
	EAEP 36	0,56	0,31
Ensinar (ENS)	EAEP 37	0,62	0,41
	EAEP 38	0,74	0,59
	EAEP 39	0,80	0,63
	EAEP 40	0,79	0,53
	EAEP 41	0,86	0,65
	EAEP 42	0,88	0,73
	EAEP 43	0,85	0,72
	EAEP 44	0,83	0,69

	EAEP 45	0,77	0,59
	EAEP 46	0,72	0,52
	EAEP 47	0,76	0,54
	EAEP 48	0,77	0,58
Cuidados Práticos	EAEP 49	0,78	0,60
(CP)	EAEP 50	0,85	0,61
	EAEP 51	0,86	0,62
	EAEP 52	0,84	0,63
	EAEP 53	0,78	0,51

Notas: λ = Escores fatoriais da estrutura; ϵ (erros) = Erros de medida da estrutura; X = variáveis (itens); ξ = Construto psicológico. EAEP = Escala de Autoeficácia Parental

Esse resultado se confirma quando se observa as estimativas de predição, as quais, se originaram a partir da análise de regressão revelada para o modelo

proposto, podendo identificar que as variáveis significativas e a razão critério, estiveram dentro do que é estatisticamente exigido (ver tabela 3).

Tabela 3: Indicadores das estimativas preditivas da associação itens-fator da EAEP.

Itens	Relação	Fatores	Estimativa	d.p.	Razão Critério	p-valor
EAEP1	<---	DE	1,00	---	----	---

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA PARENTAL: VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FATORIAL,
INVARIÂNCIA E DIFERENÇAS EM PAIS SEPARADOS

Itens	Relação	Fatores	Estimativa	d.p.	Razão Critério	p-valor
EAEP2	<---	DE	1,28	0,19	6,78	0,001
EAEP3	<---	DE	1,12	0,17	6,52	0,001
EAEP4	<---	DE	1,31	0,19	6,62	0,001
EAEP5	<---	DE	1,29	0,19	6,67	0,001
EAEP6	<---	DE	1,29	0,19	6,63	0,001
EAEP7	<---	DE	1,17	0,18	6,42	0,001
EAEP15	<---	RE	1,00	---	---	---
EAEP14	<---	RE	1,35	0,27	4,93	0,001
EAEP13	<---	RE	1,54	0,30	5,04	0,001
EAEP12	<---	RE	1,45	0,29	4,98	0,001
EAEP11	<---	RE	1,44	0,84	5,07	0,001
EAEP10	<---	RE	1,47	0,27	5,14	0,001
EAEP9	<---	RE	1,88	0,35	5,36	0,001
EAEP8	<---	RE	1,72	0,32	5,26	0,001
EAEP16	<---	PROT	1,00	---	---	---
EAEP17	<---	PROT	1,18	0,17	6,69	0,001
EAEP18	<---	PROT	1,23	0,16	7,35	0,001
EAEP19	<---	PROT	1,04	0,15	6,80	0,001

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA PARENTAL: VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FATORIAL,
INVARIÂNCIA E DIFERENÇAS EM PAIS SEPARADOS

Itens	Relação	Fatores	Estimativa	d.p.	Razão Critério	p-valor
EAEP20	<---	PROT	1,25	0,18	6,98	0,001
EAEP21	<---	PROT	1,35	0,18	7,39	0,001
EAEP22	<---	PROT	1,17	0,16	7,17	0,001
EAEP23	<---	DEL	1,00	---	---	---
EAEP24	<---	DEL	1,19	0,39	3,06	0,001
EAEP25	<---	DEL	1,30	0,42	3,09	0,001
EAEP26	<---	DEL	1,54	0,49	3,12	0,001
EAEP27	<---	DEL	1,44	0,46	3,13	0,001
EAEP28	<---	DEL	1,52	0,48	3,13	0,001
EAEP29	<---	DEL	1,33	0,43	3,09	0,001
EAEP36	<---	BRIN	1,00	---	---	---
EAEP35	<---	BRIN	1,03	0,15	6,59	0,001
EAEP34	<---	BRIN	1,16	0,16	7,14	0,001
EAEP33	<---	BRIN	1,25	0,17	7,35	0,001
EAEP32	<---	BRIN	1,40	0,18	7,64	0,001
EAEP31	<---	BRIN	1,40	0,18	7,55	0,001
EAEP30	<---	BRIN	1,30	0,17	7,30	0,001
EAEP43	<---	ENSI	1,00	---	---	---

Itens	Relação	Fatores	Estimativa	d.p.	Razão Critério	p-valor
EAEP42	<---	ENSI	1,00	0,06	16,35	0,001
EAEP41	<---	ENSI	0,96	0,06	15,67	0,001
EAEP40	<---	ENSI	0,90	0,06	13,76	0,001
EAEP39	<---	ENSI	0,86	0,06	13,97	0,001
EAEP38	<---	ENSI	0,82	0,06	12,40	0,001
EAEP37	<---	ENSI	0,66	0,06	9,72	0,001
EAEP44	<---	ENSI	0,90	0,06	14,91	0,001
EAEP45	<---	ENSI	0,80	0,06	13,19	0,001
EAEP53	<---	CUPR	1,00	---	---	---
EAEP52	<---	CUPR	1,08	0,08	13,17	0,001
EAEP51	<---	CUPR	1,08	0,07	13,46	0,001
EAEP50	<---	CUPR	1,06	0,07	13,34	0,001
EAEP49	<---	CUPR	0,88	0,07	11,97	0,001
EAEP48	<---	CUPR	0,85	0,07	11,86	0,001
EAEP47	<---	CUPR	0,83	0,07	11,58	0,001
EAEP46	<---	CUPR	0,77	0,07	10,89	0,001

Nota: DE = Disponibilidade Emocional, RE = Responsividade Empática, PROT = Proteção, DEL = Disciplina/Estabelecimento de Limites, BRIN = Brincar, ENS = Ensinar e CP = Cuidados Práticos.

Considerando tais resultados, observou-se que a associação Phi() entre os fatores, revelou boa força associativa e na relação item-fator (variando de 0,33 a 0,84) (ver tabela 4). É preciso destacar que, muitas dessas dimensões se associaram positivamente entre elas, mas, outras (por exemplo, Proteção-Ensino e Proteção-Cuidados práticos) estiveram associadas negativamente.

Tabela 4: Associações lambdas (λ) entre as dimensões da EAEP

Variáveis/Fatores	DE	RE	PROT	DEL	BRIN	ENS	CP
DE	---						
RE	0,76*	---					
PROT	0,39*	0,49*	---				
DEL	0,37*	0,43*	0,55*	---			
BRIN	0,40*	0,50*	0,44*	0,38*	---		
ENS	0,39*	0,40*	-0,37*	0,33*	0,38*	---	
CP	0,38*	0,43*	-0,34*	0,60*	0,38*	0,84*	--
							-

Notas: λ = Escores fatoriais da estrutura. * $p < 0,001$. DE = Disponibilidade

Emocional, RE = Responsividade Empática, PROT = Proteção, DEL = Disciplina/Estabelecimento de Limites, BRIN = Brincar, ENS = Ensinar e CP = Cuidados Práticos

A partir desses resultados, pode-se destacar que a EAEP não apenas se estrutura numa fatorialidade oblíqua ajustada sob sete fatores, mas, também, que os seus fatores se associam entre si, significativamente. Considerando que o constructo da EAEP neste artigo é confiável tanto em sua estrutura fatorial quanto em termos da definição deste e de seus fatores.

Procurou-se avaliar quais dos fatores desta medida é mais prevalente. Assim, realizou-se um teste t para amostra pareadas entre as dimensões da EAEP, no qual, buscou avaliar as diferenças

nas pontuações médias entre essas dimensões.

Na tabela 5, pode-se observar que, com exceção do par 3 (DE-DEL), par 4 (DE-BRIN), par 15 (PROT-CP), par 16 (DEL-BRIN) e par 13 (PROT-BRIN), os quais, não foram significativos, sendo assim, não apresentaram diferenças entre seus escores; os demais pares tiveram significâncias entre eles. Chama-se atenção para a dimensão Ensino, a qual, revelou o maior escore médio entre os fatores, seguindo do segundo maior escore na dimensão Responsividade Empática.

Tabela 5: Escores médios pareados das dimensões da EAEP.

Pares	Fatores	Média	d.p.	t	p-valor
Pares 1	DE	29,88	4,24	- 25,17	0,01
	RE	36,66	4,44		
Pares 2	DE	29,88	4,24	-2,99	0,01
	PROT	30,98	4,80		
Pares 3	DE	29,88	4,24	-0,96	0,23
	DEL	30,29	5,69		
Pares 4	DE	29,88	4,24	-1,23	0,22
	BRIN	30,33	4,88		
Pares 5	DE	29,88	4,24	-13,48	0,01
	ENS	37,71	8,60		
Pares 6	DE	29,88	4,24	-2,95	0,01
	CP	31,66	8,09		
Pares 7	RE	36,66	4,44	16,08	0,01
	PROT	30,98	4,80		
Pares 8	RE	36,66	4,44	15,32	0,01
	DEL	30,29	5,69		
Pares 9	RE	36,66	4,44	17,60	0,01
	BRIN	30,33	4,88		
Pares 10	RE	36,66	4,44	-2,73	0,01
	ENS	30,33	8,60		
Pares 11	RE	36,66	4,44	8,78	0,01

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA PARENTAL: VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FATORIAL, INVARIÂNCIA E DIFERENÇAS EM PAIS SEPARADOS

	CP	31,66	8,09		
Pares 12	PROT	30,98	4,80	2,78	0,01
	DEL	30,29	5,69		
Pares 13	PROT	30,98	4,80	1,70	0,09
	BRIN	30,33	5,69		
Pares 14	PROT	30,98	4,80	-9,46	0,01
	ENS	37,71	8,60		
Pares 15	PROT	30,98	4,80	-0,97	0,33
	CP	31,66	8,09		
Pares 16	DEL	30,29	5,69	-0,12	0,90
	BRIN	30,33	4,88		
Pares 17	DEL	30,29	5,69	-10,50	0,01
	ENS	37,71	8,60		
Pares 18	DEL	30,29	5,69	-2,95	0,01
	CP	31,66	8,09		
Pares 19	BRIN	30,33	4,88	-11,74	0,01
	ENS	37,71	8,60		
Pares 20	BRIN	30,33	4,88	-2,08	0,01
	CP	31,66	8,09		
Pares 21	ENS	37,71	8,60	16,03	0,01
	CP	31,66	8,09		

Nota: DE = Disponibilidade Emocional, RE = Responsividade Empática, PROT = Proteção, DEL = Disciplina/Estabelecimento de Limites, BRIN = Brincar, ENS = Ensinar e CP = Cuidados Práticos.

Tendo sido comprovados as relações entre as variáveis, procurou-se avaliar a variabilidade das respostas dos

sujeitos em função do sexo dos pais, da categoria amostral (pai e mãe), do sexo do filho, da idade do filho e do tempo de separação dos

pais relacionado as dimensões da autoeficácia.

Desta maneira, a partir de um teste t de Student para a variável sexo dos pais (pai e mãe) e as dimensões da EAEP, observou-se

que para RE, ENS e CP as mães tiveram escores maiores do que os pais, enquanto nas dimensões, PROT, DE e DEL, esse resultado se inverte, os pais pontuaram mais alto do que as mães.

Tabela 6: Diferenças entre os escores médios entre as dimensões da EAEP e pais.

Variáveis/Construto	Amostra	Média	d.p.	Estatística	
				t	p-valor
DE	Mãe	30,20	4,39	1,15	0,25
	Pai	29,51	4,05		
RE	Mãe	37,36	4,72	2,41	0,01
	Pai	35,86	3,98		
PROT	Mãe	30,04	4,91	-3,04	0,001
	Pai	32,06	4,45		
DEL	Mãe	29,47	5,96	-2,21	0,01
	Pai	31,22	5,24		
BRIN	Mãe	30,22	4,82	-0,34	0,73
	Pai	30,46	4,98		
ENS	Mãe	43,13	5,26	12,95	0,001
	Pai	31,47	7,40		
CP	Mãe	36,75	6,08		

	Pai	25,80	5,85	12,61	0,001
--	-----	-------	------	-------	-------

Notas: DE = Disponibilidade Emocional, RE = Responsividade Empática, PROT = Proteção, DEL = Disciplina/Estabelecimento de Limites, BRIN = Brincar, ENS = Ensinar e CP = Cuidados Práticos.

No que se refere ao sexo do filho, apenas a dimensão de ENS ($t = 2,43$, p -valor = 0,05) e CP ($t = -2,13$, p -valor = 0,05) foi significativa, revelando escores mais altos para filho do sexo feminino. Para avaliar as demais variáveis (sexo do filho, tempo de separação, idade do filho) efetuou-se uma Anova one-way.

No que se refere aos números dos filhos, nenhuma das dimensões revelou diferenças relacionado ao ter 1, 2 ou 3 filhos. Em relação ao tempo de separação, os resultados foram significativos apenas para ENS ($F = 5,23$, $gl = 199$, p -valor, 0,01) e CP ($F = 5,95$, $gl = 199$, p -valor, 0,01), tendo escores superiores para o período de 2 anos de separação, dos que

variaram na amostra do estudo entre 1 a 3 anos.

Discussão

Com base nestes resultados, pode-se afirmar que a escala de autoeficácia parental desenvolvida por Correia (2008), no contexto português, em mães, foi corroborada para o contexto brasileiro em pais (mãe e pai) separados. É possível destacar que a estrutura fatorial composta por 53 itens, a qual, é distribuída em sete fatores, é confiável com uma amostra de pais em geral, bem como, na especificidade amostral de mãe e pai. Em todas essas amostras, os indicadores psicométricos corresponderam ao que é estatisticamente, exigido na literatura estatística e

psicométrica (Hair; Anderson, Tatham, & Black, 2005; Marôco, Tecedeiro, Martins, & Meireles, 2008; Pasquali, 2011).

Desta maneira, com os indicadores psicométricos apresentando consistência, um outro detalhe nos achados deste estudo foi à associação itens-fator em relação a teoria e medida proposta por Correia (2008); condição a qual, revelou associações lambdas (λ) acima de 0,50, bem como, uma interdependência (✘) entre os sete fatores da escala.

Com exceção dos fatores Ensino, Cuidados práticos e Proteção, os quais, estiveram relacionados negativamente, os demais associaram-se de forma positiva, assim, aquele sujeito que pontuar alto em um desses fatores, provavelmente, apresentará também, um alto escore no outro fator.

Chama-se atenção, para a relação negativa entre os fatores destacados no parágrafo anterior. Essa relação entre poderá ser compreendida através de uma análise do comportamento de pais e mães em relação à segurança dos filhos. O excesso da segurança faz com que os filhos sejam criados em bolhas, para que eles sejam poupados de todo o mal que acomete ao mundo.

Se já é difícil manter em devido equilíbrio o sentimento de amor e cuidado diante da super proteção em lares em que os pais vivem juntos, imaginem quando os pais vivem separados! Toda a dinâmica que envolve casais separados, já apresentado nesse artigo, colabora inquestionavelmente com o devir da criança. Mães e pais, quando sozinhos com a criança, devido à separação ou divórcio, acabam tirando da criança a chance de testar seus limites (errar para acertar depois), de ser curiosa, de saber lidar com

problemas, ter autonomia e se defender, fazendo com que o ensino para tais coisas seja comprometido.

É possível concluir que quanto mais alto o escore da proteção, menos condições de ensinar os filhos a mãe ou pai terá, fazendo com que os filhos se tornem pessoas frágeis.

Algumas pesquisas demonstraram o quanto de depressão, ansiedade e solidão podem sofrer os filhos que tiveram uma educação super protetiva, pois, pai e mãe quando não permitem que seus filhos assumam as tarefas do dia a dia, não deixando que eles venham a descobrir como se levantar diante das quedas, terão que vivenciar filhos com menor controle sobre suas próprias emoções e impulsos nas ações, além de uma piora nas habilidades sociais e no desempenho acadêmico.

De acordo Millet (2018), o senso e o dever de proteger o filho, quando aproxima de uma obsessão por um “hiperfilho” (ou seja, perfeito e intocável) resulta em algo que denominou de hipocrância, um indivíduo mais frágil, inseguro e dependente, que carece de uma habilidade fundamental que é a autonomia.

O ensino parece, portanto, está do outro lado da proteção, quando esta se mostra exagerada, pois a criança terá dificuldade em aprender por conta própria, pois sempre o pai ou a mãe fará por ela, ou irá poupá-la das dificuldades.

A importância dessa relação entre o Ensino e a Proteção, mostra também o que a Neurociências vem despertando em seus estudos a respeito da função motora da criança, pois, quando pais ao protegerem seus filhos, não permitem que eles caiam, ou rapidamente os ajudam a levantar, ou ainda fazem coisas

que eles deveriam fazer, resulta em atividades neuronais estacionadas, exatamente num período que deveria ser estimulado, no caso, da primeira infância (Lent, 2010).

Na tentativa de proteger os filhos, os pais que exageram na proteção, impedem que os filhos se desenvolvam, atrasando além da parte motora, as funções cognitivas também. Assim, muitas vezes, a criança não consegue fazer algo de que já seria capaz.

A proteção também pode explicar o fato de muitas crianças serem distraídas com o cuidado básico que deveriam ter. Pode afetar tanto as tarefas de cuidado, por terem em casa alguém que faz o que elas deveriam fazer, como interferir também nos próprios cuidados básicos que mãe ou pai deveria ter com o filho. A relação com o cuidado básico, pode ser resultado devido ao estresse e cansaço mental e físico ao

carregar uma responsabilidade e culpa, submersas no medo de perderem os filhos por algum motivo.

No caso da criança superprotegida, deixa-se muitas vezes de entrar em contato com emoções que serão fundamentais para seu desempenho psíquico satisfatório, como raiva, angústia e decepção.

O construto de Proteção em níveis altos em relação aos Cuidados Básicos, pode ser explicado também pela baixa aderência de ensinar os cuidados básicos que a criança deveria ter em manusear objetos como fogão, facas, janelas, grades e remédios, assim como a forma de andar nas ruas, a pé ou de bicicleta, explicar que a criança não deve aceitar nada de estranhos sem consultar os pais.

A proteção em excesso minimiza os cuidados práticos para com todas essas coisas apresentadas anteriormente, ao não permitir

que as crianças as façam, por medo de se machucarem ou se frustrarem. Condição também, que poderia explicar os filhos não são ensinados a terem resiliência para saberem lidar com o tédio de ficarem em casa e com o tempo ocioso. Para não deixar o filho “sofrer” pela “falta do que fazer”, os pais enchem suas agendas com cursos extracurriculares. E assim, novamente, elas não aprendem a achar a solução por si próprias.

Em termos gerais, o modelo estrutural comprovado garante tanto a medida do construto que avalia as sete dimensões da autoeficácia em pais separados, referindo-se a crença desenvolvida pelos pais que eles são capazes de produzir os resultados que pretendem alcançar, considerando um grande elemento teórico da predictividade de uma parentalidade positiva (cf. Correira, 2008; Tristão, Neiva, Barnes, & Adamson-Macedo, 2015); este construto é distribuído

em sete dimensões, a saber: disponibilidade emocional, responsividade empática, proteção, disciplina/estabelecimento de limites, brincar, ensinar e cuidados práticos.

Uma outra condição fornecida por essa escala, caso se pretenda administrá-la, apenas em pai ou em mãe que vivem o processo de separação, também, será possível, pois, na análise confirmatória, os indicadores de consistência interna, revelaram uma confiabilidade para esse tipo de avaliação.

A discussão exposta acima, poder ser observada nos resultados da tabela 6, pois, houve diferença entre os escores do pai e das mães na autoeficácia que eles experienciam, situação a qual, permite que o profissional da área da psicologia, da educação ou até da assistência social, utilize das informações contidas nos escores

da escala para oferecer uma intervenção ou orientação na construção do afeto e comportamento mais seguro para binômio pai-filho(a) e mãe-filho(a) (cf. Tristão, Neiva, Barnes, & Adamson-Macedo, 2015).

No que se refere à avaliação entre os escores médios, na análise da amostra pareada entre as sete dimensões da autoeficácia, é destacável a existência de uma hierarquia desses escores, observando que a dimensão Ensinar da autoeficácia, foi a que revelou maior escore, seguido de Responsividade Empática e Cuidados Práticos, etc.

Nestes resultados chama-se atenção que as dimensões que representa algo mais expressivo e requer o desenvolvimento de sentimentos e pensamentos, foram as que apresentaram maiores escores, condição este, que reflete uma necessidade de

maior atenção aos pais para o desenvolvimento de habilidades sociais em relação ao outros, gerando nestes uma maior tomada de perspectiva frente aos seus filhos e a situação de fracasso ocorrida na relação do casal e assim, orientar os filhos para um processo de aprendizagem mais destinado ao outro e as dificuldades interpessoais e afetivas.

A importância de se avaliar este construto se deve ao fato, não apenas em não existir no Brasil uma medida com a direção teórica que a pretensa escala propõe (cf. Correia, 2008); mas, também, devido à falta de instrumentos avaliativos em pais separados. Considerar uma medida de autoeficácia para uma amostra com esta categoria, é contribuir para que pai e mãe aprendam e desenvolvam a sua dimensão sócio-cognitiva de forma mais consciente em relação às experiências de vida de seus filhos

(cf. Iraurgi Castillo, MuñozEguilet, Sanz Vázquez, & Martínez-Pampliega, 2010).

A reflexão destacada acima, tem sua direção, a partir dos resultados, expresso na tabela 6, pois, nela é possível observar que as mães pontuaram mais alto em dimensões referente a estruturação e funcionalidade emocional e de expressividade (RE = Responsividade Empática, ENS = Ensinar e CP = Cuidados Práticos), enquanto os pais, estiveram com escores maiores nas dimensões mais instrumentais (PROT = Proteção e DEL = Disciplina/Estabelecimento de Limites). Tais resultados, poderão ser compreendidos em termos da necessidade de assimilar uma resolução de problemas mais focada no outro do que em si, especialmente, frente a condição de uma disposição ao perdão e menor mágoa (cf. Rique & Camino, 2010;

Rique, Camino, Formiga, Medeiros, & Luna, 2010).

Considerando os achados nesta pesquisa, não somente assume-se o modelo heptafatorial para mensurar a autoeficácia parental, corroborando a proposta de Correia (2008); bem como, salienta-se a importância deste construto quando se pretender avaliar a qualidade da estrutura e função psíquica emocional de pais (isto é, pai e mãe) separados, especialmente, quando essa situação interferir na qualidade de vida física e afetiva do binômio pai-filho e mãe-filho.

Espera-se que os objetivos deste estudo tenham sido cumpridos, os quais, tratou-se da verificação da organização fatorial da medida de autoeficácia em pais separados, a partir de indicadores estatísticos mais robustos, condição que se mantém convergente com as orientações indicadas por Correia

(2008), na avaliação desse construto.

Referências

- Almeida, Carmen Garcia de, Peres, Ednéia Aparecida, Garcia, Marcos Roberto, & Pellizzar, Nadya Christiane Silveira.** (2000). Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 17(1), 31-43. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100003>
- Bandura, A.** (1989). Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy. *Developmental Psychology*, 25, 729-735.
- Bandura, A.** (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. EUA. Editora: Worth Publishers.
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Polydoro, S.** (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Baptista, Makilim Nunes, Alves, Gisele Aparecida da Silva, & Santos, Thelma Margarida de Moraes dos.** (2008). Suporte familiar, auto-eficácia e locus de controle evidências de validade entre os construtos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 260-271. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200004>
- Barros, M., & Batista-dos-Santos, A. C.** (2010). Por dentro da autoeficácia: um estudo sobre seus fundamentos teóricos, suas fontes e conceitos correlatos. *Revista Espaço Acadêmico*, 10(112), 1-9. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10818>
- Brites, R., & Nunes, O.** (2015, fevereiro). Uma nova escala de autoeficácia parental: estudos sobre validação. *Actas do VII simpósio nacional de investigação em psicologia*, inho, Portugal, 4 a 6. <https://www.researchgate.net/publication/264883381>
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H.** (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, 24, 126-148.

Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.

Frischknecht G. (2018). Avaliação da autoconfiança esportiva em atletas. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

IBEDFAM (2018). Em 33 anos, divórcios aumentam 269%, enquanto a população cresceu apenas 70%. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/noticias/na-midia/16311/>

Iraurgi Castillo, Ioseba, & MuñozEguilet, Ana, & Sanz Vázquez, Mireia, & Martínez-Pampliega, Ana (2010). Conflicto Marital y Adaptación de los Hijos: Propuesta de un Modelo Sistémico. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 422-431. [fecha de Consulta 14 de Junio de 2020]. ISSN: 0034-9690. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=284/28420658003>

Jablonski, B. (1991). Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir.

Kaslow, F. W., & Schwartz, L. (1995). As dinâmicas do Divórcio. Campinas, Editoria PSI.

Kim, J., & Cicchetti, D. (2003). Social self-efficacy and behaviour problems in maltreated and non-maltreated children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 32(1), 106-117.

Kyrillos, M. H. M. (2016). Motivos para a prática esportiva e o senso de autoeficácia em atletas. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Sergipe, UFSE.

Lent, R. (2010). Cem bilhões de neurônios – conceitos fundamentais de neurociências. São Paulo: Editora Atheneu.

Lent, R., & Brown, S. D. (2006). On conceptualizing and assessing social cognitive constructs in career research: A measurement guide. *Journal of Career Assessment*, 14(1), 12-35.

Machado Thais do Amaral, Paes Mayara Juliana, Berbetz Sabrina Rebeca, Stefanello Joice Mara Facco. Autoeficácia esportiva: uma revisão integrativa dos instrumentos de medida. *Rev. educ. fis. UEM* [Internet]. 2014 June [cited 2020 May 29]; 25(2): 323-333. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832014000200323&lng=en.
<https://doi.org/10.4025/reveducfis.v25i2.21685>.

Maldonado, M.T. (1987). Casamento: término e reconstrução. Petrópolis, Vozes.

Marcondes, M. V., Trierweiler, M., & Cruz, R. M. (2006). Sentimentos predominantes após o término de um relacionamento amoroso: Predominant feelings after the end of a love relationship. *Psicologia: ciência e profissão*, 26(1), 94-105. Recuperado em 25 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100009&lng=pt&tlng=pt.

Meneses, P. P. M., & Abbad, G. S. (2010). Construção e validação de um instrumento para avaliar auto-eficácia em situações de treinamento, desenvolvimento e educação de pessoas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(1), 121-130. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000100015>

Meunier, J., & Roskam, I. (2009). Self-efficacy beliefs amongst parents of young children: Validation of a self-report measure. *Journal of Child & Family Studies*, 18, 495-511.

Millet, E. (2018). Hiperniños hijos perfectos o hipohijos? Espanha: Editora Atual.

Murgo, C. L. L. F., & Soares Sena, B. (2019). A ação pedagógica e a autoeficácia docente no ensino superior. *EccoS – Revista Científica*, 0(48), 255-272. doi:<https://doi.org/10.5585/eccos.n48.8058>

Nunes, M. F. O. (2008). Funcionamento e desenvolvimento das crenças de auto-eficácia: uma revisão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(1), 29-42. Recuperado em 29 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000100004&lng=pt&tlng=pt.

Oliveira, A. K. C. (2016). Autoconceito, autoeficácia e parentalidade: Crianças com deficiência física, com desenvolvimento típico e seus familiares. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: SP.

Pajares, F. (2002). Current directions in self-efficacy research. *Advances in motivation and achievement* (10) 149. Greenwich, CT: JAI Press.

Rique, J., & Camino, C. P. S. (2010). O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 525-532. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300013>

Rique, Júlio, & Camino, Cleonice, & Formiga, Nilton, & Medeiros, Felipe, & Luna, Verônica (2010). Consideração Empática e Tomada de Perspectiva para o Perdão Interpessoal. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 515-522. [fecha de Consulta 14 de Junio de 2020]. ISSN: 0034-9690. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=284/28420658014>

Salonen, A. H., Kaunonen, M., Astedt-Kurki, P., Jarvenpaa, A. L., Isoaho, H., & Tarkka, M. T. (2009). Parenting self-efficacy after childbirth. *Journal of Advanced Nursing*, 65(11), 2324-2336.

Salveti, M. G. (2004). Crença de auto-eficácia e validação da "Chronic Pain Self-EfficacyScale". Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. *Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 13-20. Recuperado em 25 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100002&lng=pt&tlng=pt.

Selau, Felipe Ferreira, Espinosa, Tobias, Araujo, Ives Solano, & Veit, Eliane Angela. (2019). Self-efficacy sources and experimental physics activities: an exploratory study. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 41(2), e20180188. Epub October 08, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2018-0188>

Silva, Andressa Melina Becker da Luz, Tatiane Stephan Rocchetti, Afonso, Renan de Moraes, Araújo, Murilo Fernandes de, Bittencourt, Isabella Goulart, Carvalho, Lucas de Francisco, & Enumo, Sônia Regina Fiorim. (2015). Escala de Autoeficácia para Bailarinos (AEBAI): construção e evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 83-88. Recuperado em 29 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000100010&lng=pt&tlng=pt.

Teyber, E., & Hoffman, C. D. (1987). *Missing Fathers*. *Psychology Today*. (apr).

Tristão, R. M., Neiva, E. R., Barnes, C. R., & Adamson-Macedo, E. (2015). Validação da escala percepção de autoeficácia da parentalidade materna em amostra brasileira. *Journal of Human Growth and Development*, 25(3), 277-286. <https://dx.doi.org/10.7322/jhgd.96759>

Vieira, D., Soares, A. M., & Polydoro, S. A. J. (2006). Escala de auto-eficácia na transição para o mundo do trabalho (AETT): Um estudo de validação para a realidade brasileira. In C. Machado, L. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Eds.), *Conferência internacional de avaliação psicológica: Formas e contexto* (pp. 293-299). Braga, Portugal: Psiquilíbrios.

Zordan, E. P. (2010). A separação conjugal na contemporaneidade: motivos circunstâncias e contextos. (Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

Recebido em: 27/04/2022

Aprovado em: 16/11/2023